

EDITORES DE PROVOCAÇÃO: CULTURAS POLÍTICAS EM DISPUTA NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Marcos Antonio Peccin Junior¹

Resumo: Em 1974, a editora L&PM estreia no mercado editorial com a coletânea de quadrinhos *Rango*, do cartunista Edgar Vasques, uma sátira dos símbolos da ditadura. Desde então o empreendimento de Paulo de Almeida Lima e Ivan Pinheiro Machado, entre censuras e perseguições, manteve uma linha de publicações provocativas aos valores conservadores exaltados pelo regime militar. As publicações de autores subversivos e polêmicos, da literatura beat, de escritores libertinos e outros “malditos” denotam a mobilização das inclinações políticas e culturais de seus editores. Na transição democrática, a publicação da *Revista Oitenta* transforma-se no baluarte de defesa de suas posições, pois é a partir dos artigos, ensaios e entrevistas presentes na revista que se faz a “política cultural” (SARLO, 1992) nas disputas de projetos de nação, e conseqüentemente de culturas políticas. Os textos presentes nos volumes da *Revista Oitenta* reafirmam as posições políticas de seus editores e colaboradores, servindo de vetor social de reprodução de cultura políticas (BERSTEIN, 1999), para além de partidos e sindicatos, e que “fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro” (MOTTA, 2009). Analisar a atuação da editora L&PM durante o período de redemocratização sob a ótica da cultura política permite identificar as estratégias de resistência e provocação à ditadura, seu papel na circulação de ideias e na formação de uma cultura política libertária singular, reinterpretada, mas aproximada com valores e ideais democráticos e de participação popular. Desta forma, nos proporcionar uma visão mais aprofundada do papel de editores em momentos de luta político-cultural, e quais os limites para a transformação social e ação política de suas publicações.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar. Redemocratização. Editoras.

INTRODUÇÃO

O campo cultural tornou-se um importante espaço de aglutinação e organização das forças que exerciam a oposição ao regime transgressor da ditadura civil-militar brasileira, tendo demonstrado durante os períodos mais repressivos até os de distensão e transição democrática a relação estreita entre a cultura e a política. O processo característico dessa resistência democrática através dos meios culturais revela configurações de permanência na difusão dos ideais dos agentes políticos e de fenômenos que só foram possíveis com condições históricas, políticas e sociais próprias do período em questão, como, por exemplo, o acirramento da repressão e a consolidação da indústria cultural no Brasil. No entanto, havia

¹ Mestrando no Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, com o apoio do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS. E-mail: marcosapeccin@gmail.com

projetos mais abrangentes, talvez não muito bem estruturados, balizando esses processos pela ampla coalizão que formava os partícipes do golpe de 1964, levando à cabo suas concepções conservadoras e autoritárias do papel do Estado na tutela da sociedade. Durante a década de 1970, influenciando e sendo influenciado pelos rumos políticos do país, os editores de livros e revistas ocupam um papel central na denúncia das violências e transgressões do regime, bem como na difusão de pensamentos contestadores, o que representa um perfil abertamente político da edição de livros. Nesse contexto de embates nos projetos de nação e transição democrática, a editora L&PM insere-se nesse perfil, como uma instituição marcada pela oposição e provocação aos valores tradicionais e à moral inerente ao projeto do regime militar.

No presente artigo pretende-se analisar a atuação da editora L&PM em suas publicações, especialmente a *Revista Oitenta*, possibilitando identificar um projeto editorial que constitui uma importante atuação política através dos impressos, fornecendo proposições e alternativas para o projeto conservador colocado em movimento pela ditadura no país. A utilização dos conceitos de culturas políticas e edição política como categorias de análise abre possibilidades de interpretações para que seja percebido o projeto editorial de provocação e as estratégias dos editores através da *Revista Oitenta* frente ao cenário político e cultural que se desdobra nos anos 1970.

A CENSURA E O LUGAR DA CULTURA

Na ditadura civil-militar brasileira, instaurada em 1964, foi marcante o cerceamento de liberdades de pensamento e expressão, nitidamente visível na censura imposta em obras teatrais, musicais, cinematográficas e também impressas. Utilizando-se de instrumentos de exceção promulgados em lei, os militares no poder recorreram a perseguições, apreensões, coerções físicas e prisões, para impedir a divulgação de ideais e opiniões contrárias aos rumos políticos planejados pelos ditadores que ocupavam o governo federal. A forte e recorrente atuação da Censura visava desarticular a produção cultural artística do período pré-64, caracterizada pelo engajamento dos artistas e intelectuais de esquerda na ação política e militante de ideais socialistas e transformadores da realidade brasileira.

A legislação promulgada pelo regime militar, na tentativa de obter legitimidade para suas políticas, criou um aparato jurídico que lhes fornecia as prerrogativas para o combate

contra os avanços da “comunização”. Governando sob a vigência da Constituição de 1967, os militares enfatizaram a necessidade de exercer-se a “censura às diversões públicas” e o combate à qualquer tipo de subversão da ordem. Em outubro de 1969, foi editada uma emenda constitucional que atualizou o texto de alguns artigos, incluindo aqueles que versam sobre os direitos e garantias individuais, especialmente nos parágrafos 5º e 8º, onde estão presentes as proibições de “publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes” e de qualquer “subversão da ordem” política ou social. Essa reformulação da Constituição veio após a edição, em 13 de dezembro de 1968, do Ato Institucional nº 5 (AI-5) que escancarou o autoritarismo e endureceu a repressão política e cultural, a ato permitia praticamente tudo por parte dos agentes militares e foi uma forma de resposta aos movimentos contestatórios que tomaram as ruas naquele mesmo ano, como a manifestação de artistas em fevereiro, na "Cultura contra censura" e na "Passeata dos Cem Mil" em junho.

A política estatal de censura era um instrumento de controle de qualquer manifestação que afrontasse os ideais dos grupos que compunham o comando do golpe sob o pretexto de “revolução para preservar a democracia” em 1964. A produção cultural de artistas e intelectuais que atuavam antes do golpe, permaneceu corrente e contestatória até os anos de 1968, como analisa Natália Fernandes sobre a função da censura:

Dessa forma, a ação da censura durante o regime militar serviu não apenas para calar seus opositores imediatos, mas para romper com certa tradição de produção cultural que vinha se estabelecendo no país. Além disso, tais ações coadunam-se com o propósito de expansão do mercado de produtos culturais, conforme as tendências internacionais da época (FERNANDES, 2013).

Ao ter no campo cultural um florescimento de produções de oposição, principalmente oriunda da esquerda brasileira, a proibição de obras teatrais, cinematográficas e da circulação de livros foi uma das frentes estabelecidas pelo regime militar para combater a “subversão” contida na cultura de esquerda. Mas não bastava apenas proibir a oposição, a outra frente estabelecida pelos militares foi investir na infraestrutura de comunicações para a integração nacional e incentivar a produção de uma cultura não contestatória, de forma a retirar espaço daquela oposicionista. Nesse período foram criados órgãos governamentais para implementar a Política Nacional de Cultura, dirigida pelo Conselho Nacional de Cultura, criado em 1966. Portanto, a questão cultural não foi algo que os militares fizessem pouco caso, era um tema central nas suas políticas de segurança nacional e a preservação da ordem social. Os

resultados das políticas culturais do regime se misturam com as concepções de longa data presentes na sociedade brasileira, estas que foram fortemente mobilizadas nas campanhas contra o governo do presidente João Goulart e que preparou terreno para o golpe.

Carlos Fico em sua análise das cartas de pessoas comuns enviadas para os órgãos censores, estabelece uma diferenciação entre as censuras aplicadas nas diversões públicas e naquelas aplicadas à imprensa, ou seja, como o autor conceitua, uma censura moral e uma censura política. As características de aplicação desses dois tipos de censura tinham seus distanciamentos, através da censura prévia de obras teatrais, e aquelas proibições determinadas de ser veiculadas nos suportes de imprensa, no entanto, através da própria atuação desses órgãos identifica-se o fio condutor do projeto político-ideológico dos militares no poder. A propagação e preservação de certo tipo de ideologia conservadora e autoritária era um alicerce fundamental para as condições de permanência no poder da ditadura. O combate a “subversão” e à “desordem política” passava pela preservação de certos tipos de valores, comportamentos e uma moral tradicional característicos da base ideológica do apoio ao golpe em 1964. As especificidades destas nuances ficam evidentes na apresentação de Fico:

O uso especificamente político da censura de diversões públicas, porém, era tratado de maneira sigilosa e causava desconforto aos censores da DCDP, diferentemente da censura moral, assumida orgulhosamente pela Divisão. [...] Assim, a “desagregação” da “família brasileira” era o objetivo inicial da subversão, afinal “o comunismo começa não é pela subversão política. Primeiro, ele deteriora as forças morais, para que, enfraquecidas estas, possa dar o seu golpe assassino”. Desse modo, a censura era instada a não esquecer, jamais, “que vivemos uma ‘guerra total, global e permanente’, e o inimigo se vale do recurso da corrupção dos costumes para desmoralizar a juventude do país e tornar o Brasil um país sem moral e respeito (FICO, 2002).

Dessa forma, a censura moral não deixa de ser também um ato político em consonância com as diretrizes do pensamento conservador e autoritário que permeia o projeto político da ditadura civil-militar. Um projeto de nação que seria palco de debates durante a transição democrática, e que, como demonstra Carlos Fico, encontrava apoio em variados setores da sociedade, de franco colaboracionismo, e internalização durante a tardia existência dos órgãos censores já na Nova República.

Esse combate a disseminação cultural de ideias oposicionistas aos valores tradicionais do regime militar resultaram na atuação, quer por colaboracionismo ou internalização, de

grupos de direita em atentados e perseguições à editores e livreiros. O atentado à bomba à sede da editora Civilização Brasileira, na rua Sete de setembro no Rio de Janeiro, no ano de 1968, foi um dos mais claros casos do terrorismo de direita que foi praticado em nome da moral e bons costumes. O fundador da editora, Ênio Silveira, foi símbolo da repressão à agentes culturais que caracterizou esse período, tendo sido inúmeras vezes interrogado e preso, e tendo vários dos livros apreendidos pela ditadura.

A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E A INDÚSTRIA CULTURAL

A consolidação da indústria cultural no país foi um fenômeno decorrente de outras várias transformações pelas quais o país passou na década de 1970. Tais transformações, ocorrendo de maneira acelerada, deixaram latentes problemas estruturais do Brasil e contradições presentes no projeto do regime militar. As políticas econômicas praticadas pelos governos militares deixaram evidente a intenção modernizadora no desenvolvimento industrial e tecnológico e o seu eventual sucesso, em vista do favorável cenário internacional, impulsionou mudanças importantes na sociedade a partir de 1970, o chamado “milagre econômico” propiciou o aumento das exportações, principalmente com a modernização da agricultura e petroquímica, a expansão da malha rodoviária, o desenvolvimento das telecomunicações, e o assentamento de uma indústria cultural voltada aos produtos de entretenimento, apoiados na música e televisão. O ensino superior também seria palco de uma reorganização e modernização, expandindo o acesso com a criação de novas universidades, aumento de verbas, cursos de pós-graduação, para dar continuidade aos projetos de desenvolvimento econômico e tecnológico do regime. No rastro desses projetos, o Brasil teria um dos mais acelerados processos de urbanização no mundo, tornando-se uma sociedade majoritariamente urbana. O Censo realizado em 1970, aponta pela primeira vez na história brasileira os habitantes das cidades ultrapassando em números os habitantes do campo, apresentando 52% do total da população. Esse processo seria contínuo e desenfreado, levando a população urbana aos números de mais de 70% do total da população brasileira em 1980.

O conceito de modernização conservadora ou autoritário é uma chave de análise utilizada por bastantes pesquisadores que analisaram o período da ditadura civil-militar. Sua utilização baseia-se na percepção que o regime militar no Brasil promoveu transformações econômicas que levaram ao desenvolvimento da industrialização e urbanização da sociedade,

da consolidação dos mercados nacionais, suplantando alguns entraves estruturais para a superação do “subdesenvolvimento”. A estrutura autoritária e centralizadora exerce, nesse esquema, total controle e a garantia de sua aplicação através da força do Estado. Pesquisadores como Renato Ortiz e Rodrigo Patto Sá Motta apontam as contradições que ficam evidentes no caso brasileiro, enquanto o governo militar promovia mudanças desenvolvimentistas e de caráter capitalista, aprofundavam-se desigualdades regionais, a migração para os centros urbanos causando problemas de favelização acentuados. No caso da indústria cultural, a expansão do mercado de bens culturais fazia parte da política econômica, porém, o impulso conservador, da preservação de valores tradicionais e bons comportamentos, impediam sua plena expansão, sendo a censura “ruim para os negócios”. No entanto, a modernização do mercado, dos meios de impressão e o aumento de poder aquisitivo propiciou um aumento no número de publicações e de editoras.

O cenário editorial dos anos 1970 começava a se consolidar e dar continuidade às publicações para um público consumidor de literatura, de um número decrescente de analfabeto e crescente de estudantes universitários, como demonstram os dados de publicação do período: em 1966 foram publicados 43 milhões de títulos, em 1974 foram 170 milhões e já em 1980 viriam a ser 245 milhões de títulos. A análise de Sandra Reimão no mercado editorial dos anos 70 aponta essa característica:

Em 1972 o mercado editorial brasileiro ultrapassa a marca de um livro por habitante ao ano. Essa marca, com oscilações, será ascendente no decorrer da década de 1970. Para abordar esses dados em seu aspecto quantitativo é preciso, de início, levar em conta dois indicativos básicos. O primeiro é a queda da taxa do analfabetismo de 39% para 29% entre os anos de 1970 e 1980, tomando-se por referência o total da população com mais de cinco anos, e o segundo é o crescimento do número de estudantes universitários de cem mil para quase um milhão no mesmo período (REIMÃO, 1996).

Em contrapartida, os anos de abertura política, de governo Geisel, seriam os mais duros e rígidos quanto a censura de livros. O maior número de apreensões e vetos de livros foi durante os anos de 1974 à 1979. Uma hipótese pode responder este aumento na atividade dos censores: é a de que, diante da possibilidade de abertura política e fim da censura, os agentes da Divisão de Censura e Diversões Públicas quiseram demonstrar a importância de seu trabalho ao impedir a “subversão” e desagregação da ordem política.

A L&PM EDITORES, *REVISTA OITENTA* E CULTURA POLÍTICA

No ano de 1974, dois jovens estudantes da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, Paulo de Almeida Lima e Ivan Pinheiro Machados, ambos com 22 anos, deram início a um projeto de publicação que viria a se transformar em uma editora. A primeira publicação foi lançada dentro da própria Faculdade de Arquitetura em um festival onde seriam vendidas mil cópias. Essa publicação era uma compilação de quadrinhos chamada *Rango*. Criado pelo cartunista Edgar Vasques, o personagem Rango, que dá nome aos quadrinhos, representava um anti-herói, uma crítica ferrenha à desigualdade social no Brasil, com tons de ironia e humor ácido, revelava uma realidade desconcertante e que batia de frente com a propaganda oficial do regime militar: a miséria, a fome, o desemprego. Vasques publicava rotineiramente seus quadrinhos no jornal *Folha da Manhã* da Companhia Jornalística Caldas Júnior, considerado um dos jornais mais conservadores do estado do Rio Grande do Sul, dirigido por Breno Caldas, mas que nunca sofreu qualquer censura ou perseguição devido às publicações de Vasques. A coletânea editada por L&PM Editores tornou-se o livro mais vendido da Feira do Livro de Porto Alegre em outubro de 1974. Porém, ainda no mesmo ano, o editor Ivan Pinheiro Machado foi chamado para prestar esclarecimentos no Departamento de Polícia Federal, onde foi interrogado por horas sobre as piadas ofensivas aos militares e símbolos nacionais, no entanto, a questão exposta pelo chefe da Polícia Federal era que, sendo uma revista, necessitava ter registro no Departamento de Censura. O livro contava com um prefácio do escritor Érico Veríssimo, conseguido através de contatos de amizade, no qual Ivan se baseou para argumentar que não se tratava de uma revista e sim de um livro, graças à primeira frase do prefácio: “Recomendo este livro com o maior entusiasmo...”.

Nesse sentido, a criação de editora L&PM surge em um período de grandes transformações na sociedade brasileira, sendo a principal delas o estabelecimento de uma indústria de bens culturais de forma profissional e tecnológica. Podemos apontar a intensa política dos governos militares para estimular essa indústria cultural no Brasil, unindo e integrando o espectro televisivo nacional, a criação de Embrafilme, da Funarte, entre outros órgãos que faziam parte do aparato de financiamento de cultura, incluindo os circuitos televisivo, cinematográficos e editorial.

As eleições de 1974, com a vitória da oposição do regime, também abriu campos de diálogo entre os intelectuais e artistas, integrando ao mercado cultural, e também o início da

“lenta e gradual abertura”, ainda que todos instrumentos de repressão, censura e exceção vigorassem e fossem utilizados com frequência.

A editora L&PM, a partir daí, adota a postura de contribuir com uma forma de “resistência democrática”, especialmente dentro dos círculos de estudantes nas universidades, que buscavam novas formas de contestações e organização. Essa postura é fruto da formação política que tiveram seus fundadores, em especial, Ivan Pinheiro Machado, sendo filho do advogado e deputado estadual pelo PCB, Antonio Pinheiro Machado Netto, sua família foi obrigada ao exílio ainda na década de 60 devido a cassação de seu pai.

As publicações seguiram então a linha de publicação de autores contestadores do regime, transgressores da moral conservadora imposta nesse projeto de sociedade. Os livros que se seguiram tinham em comum a oposição aos militares e a defesa de liberdades, como o livro *Opinião x Censura: a luta de um jornal por liberdade* (1979) de José Antônio Pinheiro Machado, ou *113 dias de angústia: impedimento e morte de um presidente* (1979) de Carlos Chagas. Porém, o livro que foi o centro do episódio que deu notoriedade e reconhecimento nacional para a editora foi *Memórias: a verdade de um revolucionário* de Olympio Mourão Filho, general participante do Golpe de 1964, que desgostoso e sentindo-se traído pelo alto escalão do exército, tece duras críticas e ofensas aos generais. O livro foi apreendido pela Polícia Federal ainda na gráfica em 1978, os editores Paulo de Almeida Lima e Ivan Pinheiro Machado, conseguiram fugir com a ajuda de um carro de reportagem que estava no local. O livro só seria liberado após uma longa briga judicial que duraria um ano. Este é um dos últimos livros a ser apreendido por motivos políticos no Brasil (MAUÉS, 2013).

O editor Ivan Pinheiro Machado seria monitorado pelo SNI, constando os registros de suas viagens internacionais à feira de Frankfurt no ano de 1977 e com quem se encontrava, incluindo Fernando Henrique Cardoso e Fernando Gasparian, dono da editora Paz e Terra.

No ano de 1979, com a promulgação de Lei da Anistia e revogação dos instrumentos de exceção, a editora L&PM dá início ao seu projeto mais emblemático de um projeto editorial que indicam a tentativa de uma formação de cultura política para a transição democrática, mas que também reflete um processo que se consolidava no mercado editorial, principalmente na produção de periódicos, dos anos 70. As revistas e suplemento culturais começam a circular em uma grande variedade de títulos, desde a reedição das *Revista Civilização Brasileira* como *Encontros com a Civilização Brasileira* em 1978, até as

publicações da Abril Cultural com revistas de curiosidades e notícias. A coleção intitulada *Revista Oitenta* foi publicada entre 1979 e 1984, totalizando nove volumes nos seus 6 anos de existência, em suas páginas estão presentes 196 textos de variados autores internacionais e nacionais, com seu primeiro número publicado em meados de 1979, trazendo autores nacionais como Leandro Konder, Paulo Brossard, Tarso Genro, e internacionais como Cornelius Castoriadis, Pablo Neruda e Karl Marx. Todos versando sobre aspectos de política, cidadania e liberdade. A revista apresenta ensaios e artigos em 74 de seus textos, a maior incidência, depois aparecem entrevistas, poemas e reportagens. Na composição dos textos da revista, também aparecem quadrinhos, muitos deles provocadores dos valores conservadores, como os quadrinhos eróticos de Guido Crepax, *Valentina*, ou o personagem anti-heróico e politicamente incorreto do cartunista argentino Fontanarrosa, *Boogie o Seboso*.

A possibilidade que se revela para a análise de como a publicação da revista *Oitenta* se insere como fomentador de valores democráticos dentro dos debates em torno da redemocratização é analisar as condições de sua produção, e o posicionamento político do grupo que se formou em torno da sua concepção, pois a revista revela a tentativa de formação de cultura política e de rede de sociabilidades, ao mesmo tempo que as publicações desta são específicas de um contexto temporal e carregam interesses do grupo que se reúnem em torno de seu projeto editorial, no qual os intelectuais disputam pelo poder de difundir seus projetos. Por tratar-se de um impresso, não é possível dissociá-lo do grupo editorial que toma as decisões e escolhe os textos que vão figurar nos seus volumes, pois ela configura esse baluarte e revela as inclinações políticas e culturais de seus editores, como evidencia Tania de Luca:

Nessa perspectiva os periódicos, vistos como pólos em torno dos quais se reuniam e disciplinavam forças e instrumentos de combate e intervenção no espaço público, oferecem oportunidades privilegiadas para explicitar e dotar de densidade os embates em torno de projetos políticos e questões artístico-literárias que, longe de se esgotarem em si mesmas, dialogavam intensamente com os dilemas do tempo. Noutros termos, o índice que se apresenta ao leitor resulta de uma luta que cumpre ao historiador explicitar.

A publicação da *Revista Oitenta* analisada através do conceito de cultura política demonstra a configuração de uma cultura política singularmente interpretada pelo grupo que se reúne em torno do projeto editorial, entendendo que a publicação sirva como vetor social (BERSTEIN, 2009) de propagação de valores e ideais políticos, inseridos no contexto da redemocratização, podemos perceber a escolha de textos que versam sobre democracia,

liberdades de imprensa e de pensamento, sobre lutas operárias, justiça social e críticas ao autoritarismo, à repressão, à violência da ditadura. Jean-Yves Mollier destaca que os impressos em geral são um lugar estratégico para a realização da luta política. Em sua análise dos impressos na França do século XVII, especialmente a série de panfletos humorísticos e contestatórios publicados contra o cardeal Mazarin, conhecidos como as *mazarinades*, ele indica:

A partir do momento em que a contestação ao cardeal Mazarin ultrapassa o círculo de cortesãos familiarizados com a política, para se tornar uma questão nacional, verifica-se o poder do escrito, dos textos impressos, da caricatura, dos letreiros, da gravura, na mobilização das consciências (MOLLIER, 2006).

Mas é necessário melhor abordar a utilização desta ótica de análise através do conceito de cultura política. Para os primeiros intelectuais à utilizarem essa categoria de análise, cultura política estava fortemente relacionada à uma cultura específica de uma sociedade, para alguns, como Almond e Verba, oriundos das ciências políticas, à uma cultura política desejável ou uma cultura “cívica” que se encontraria em certa escala de hierarquia à qualquer outra cultura política que não fosse “democrática” e “ocidental”. No entanto, em meados das décadas de 80 e 90, historiadores franceses, apropriaram-se do conceito dando uma nova ênfase na sua utilização para a historiografia. Nessa utilização eles deixaram de lado o caráter hierárquico e a única interpretação de cultura política nacional. Através dessa nova visão de cultura política, os intelectuais franceses, como Serge Berstein, começaram a falar em “culturas políticas”, e a possibilidade de distintas culturas políticas ocuparem e disputarem um espaço nacional. Ao mesmo tempo, o livro, em nosso imaginário coletivo, é um suporte natural de culturas políticas (BOUJU, 2010).

A publicação da *Revista Oitenta* pela editora L&PM insere-se na utilização dessa interpretação, pois ela fornece meios de leitura da realidade política brasileira de seu período e se opõe a outras formas de culturas políticas que são predominantes na sociedade, formando uma espécie de projeto de resistência ao que pode ser chamado de modernização conservadora da sociedade pelo projeto dos governos militares. Portanto, a editora L&PM, demonstra através dessas publicações, um projeto político, de formação de um pensamento político renovado, que inclui valores, representações, imaginários condizentes com a efetivação da abertura democrática, como expõe Berstein:

Como e por que nasce uma cultura política? A complexidade do fenômeno implica que o seu nascimento não poderia ser fortuito ou acidental, mas que corresponde às respostas dadas a uma sociedade face aos grandes problemas e às grandes crises da sua história, respostas com fundamento bastante para que se inscrevam na duração e atravessem as gerações (BERSTEIN, 1998).

A interpretação de um projeto de resistência presente nas publicações da editora L&PM, especialmente na *Revista Oitenta*, podem ser corroboradas utilizando-se de estudos já bastante consagrados na historiografia como a discussão sobre a colaboração civil com o regime militar, principalmente na atuação da imprensa como encobridora e colaboradora com as transgressões de direitos cometidas pelo autoritarismo dos militares, como pode ser evidenciado na participação de meios de comunicação na apreensão e tortura de opositores do regime, na existência da conhecida Operação Bandeirantes, e nos estudos de Beatriz Kushnir.

Também podem ser apontados as legislações promulgadas durante a ditadura militar que visavam a censura à todas as publicações com temas ofensivos aos bons costumes e comportamentos transgressivos, mais uma vez evidenciando o caráter conservador de formação da sociedade brasileira. Nessa visão corroboram como exemplo, muitas vezes pessoas que não tinham ligação com o regime, ou com qualquer oposição, já tinham uma cultura de rejeição nos mesmo termos que a Censura Federal primava durante os anos 70, isso em plena Guerra Fria, fazia parte da defesa contra aqueles que tentavam “subverter e desagregar a moral da família brasileira”. Acreditavam assim que estes temas morais não passavam de uma forma para desmoralizar a juventude, fazendo com que se instalasse a subversão política.

Da mesma forma, na análise da disputa de culturas política, nos embates entre elas, evidencia-se a possibilidade da existência de culturas políticas abertamente anti-democráticas dentro de um sistema político democrático, como pode ser percebido no estudo de Leonardo Avritzer (1995) sobre as transições democráticas. Exigindo dos setores da sociedade que prezam pela democracia, o enfrentamento e a defesa de seus valores, hipótese que se confirma presente dentre as publicações da editora L&PM.

A análise dessas publicações e as estratégias empreendidas pelos editores da L&PM para a formação de uma cultura política democrática para a década de oitenta no Brasil são importantes e fundamental para entender as práticas, valores e representações do grupo e, conseqüentemente, do projeto editorial da *Revista Oitenta*, encaixando-se na definição para cultura política que Rodrigo Patto Sá Motta define:

conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (MOTTA, 2009).

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. **Cultura política, atores sociais e democratização**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Belo Horizonte, v. 10, n. 28. 1995.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecilia, ROLLEMBERG, Denise et al (Orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BOUJU, Marie-Cécile. **Lire en communiste**: Les maisons d'édition du Parti communiste français (1920-1968), Rennes, Presses universitaires de Rennes, 2010.

DE LUCA, Tânia R. A Revista do Brasil (1916 – 1944): notas de pesquisa. IN: FERREIRA, Antonio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; DE LUCA, Tania Regina. **O historiador e seu tempo**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2008.

FERNANDES, Natalia Ap. Morato. **A política cultural à época da ditadura militar**. *Contemporânea* - Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n.1, 2013.

FICO, Carlos. **"Prezada censura": cartas ao regime militar**. Topoi - Revista de História vol 5. Rio de Janeiro. 2002.

MAUÉS, Flamarion. **Livros contra a ditadura**: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984. São Paulo: Publisher, 2013.

MOLLIER, Jean-Yves. Quando o impresso se torna uma arma no combate político: a França do século XV ao século XX. In: MOLLIER, J.-Y.; DUTRA, E. F. (Org.) **Política, nação e edição**: O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. São Paulo: Annablume, 2006.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá (org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Fino Traço Argumentum, 2014.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

REIMÃO, Sandra. **Mercado editorial brasileiro**. São Paulo: Com-Arte; Fapesp, 1996.

REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência:** censura a livros na ditadura militar. São Paulo: Edusp/FAPESP, 2011.

RIDENTI, M. **Em busca do povo brasileiro:** artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SARLO, Beatriz. **Intelectuales y revistas: razones de una práctica.** In: Cahiers du CRICCAL, nº 9-10. 1992. Le discours culturel dans les revues latino-américaines, 1940-1970.